

Assunto **Recurso da empresa Abu Dhabi Construtora Eireli.**
De Arte Licitar <artedelicitar@gmail.com>
Para Comissão Permanente de Licitação
<licitacoes@mandirituba.pr.gov.br>
Data 2022-08-22 16:23



-
- recurso mandirituba.pdf(~328 KB)
 - 3 á 6-CONTRATO SOCIAL E PROCURAÇÃO 2022.pdf(~4,0 MB)
 - notas explicativas ABU DHABI.pdf(~652 KB)
-

Boa tarde a todos.

Segue o recurso da empresa Abu Dhabi Construtora Eireli e outros anexos.

Atenciosamente,

Arthur Euzébio Góes Dias - Departamento de Licitação
Analista de Licitações

ARTE DE LICITAR

CNPJ 34.349.673/0001-73

artedelicitar@gmail.com

(11) 93505-0721 (11) 4784-6008

São Roque/SP

Conheça nossos serviços. clique [aqui](#)





RECURSO ADMINISTRATIVO

À DIGNÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE
MANDIRITUBA-PR

REFERENTE A CONCORRÊNCIA 08/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada em construção de cobertura metálica para quadra poliesportiva nas escolas Vitor Leal Claudino e Alice Machado Ferreira.

Do pedido: Reforma da decisão atual, tornando a empresa Abu Dhabi Construtora Eireli habilitada.

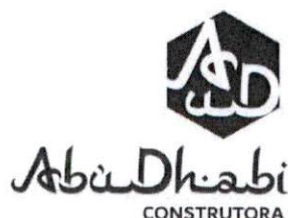
Na remota hipótese de a comissão de licitação não acatar o presente recurso, não caberá alternativa senão pela notificação dos Tribunais de Contas de Controle da presente inconformidade.

A empresa **ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI**, CNPJ: 34.224.983/0001-61, cujo endereço e demais dados já constam nos roll de documentos apresentados, através do engenheiro **Eliézer Ferreira Dias**, inscrito no RG de nº 29.029.415-0 e CPF de nº 286.006.388-95, vem TEMPESTIVAMENTE apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, perante a digníssima comissão de licitação, para a correção da equivocada inabilitação da mesma no presente processo licitatório.

Dos fatos resumidamente:

Na data e horário pré determinado a empresa Abu Dhabi apresentou os respectivos envelopes (habilitação e proposta) **sem representante**, conforme descrito na **ATA**.

Consta em todo o roll de documentos a ampla experiência da empresa ABU Dhabi, em obras idênticas ao objeto em tela, que é a execução de estruturas metálicas em quadras poliesportivas.



O que não tem nenhum fundamento, é que conforme consta na ATA, o motivo pela inabilitação é que a procuração apresentada não está reconhecida por cartório, conforme item **14.2** do edital.

O que diz o edital:

"14.2. Juntamente com o recebimento dos envelopes n.º 1 e n.º 2 o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria e **querendo participar ativamente** (com poderes legais para representar a proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a credencial (Modelo n.º 01) com firma reconhecida, ou por meio de procuração passada em cartório. **A credencial é documento avulso e não deve estar inserida em nenhum dos envelopes.**"

Vejam o fato: conforme está cristalino como a água, a empresa ABU DHABI, não enviou nenhum representante para representá-la na sessão. O item 14.2, é uma regra exclusiva e válida somente no caso de enviar algum representante na sessão, o que não é o caso.

Todas as declarações obrigatórias, tais como: 11.2.3, qualificação técnica item F, declarações a,b,c,d,e,f,g e h foram devidamente assinadas através de Assinatura digital, completamente legal, sem nenhuma irregularidade.

Não há nenhuma ilegalidade em assinar os documentos com certificado digital, inclusive, essa prática foi amplamente utilizada e recomendada pelos próprios tribunais de conta, principalmente após o advento da pandemia.

A inabilitação de empresa com amplo conhecimento técnico, vasto acervo técnico, totalmente regular perante o fisco, e capacidade financeira ilibada, não tem nenhum cabimento. É absolutamente ilegal. A não aceitação de assinatura por meio de certificado digital é um grave equívoco. Tanto é que o **presente recurso**, está sendo assinado com certificado digital.

Outro motivo raso que foi causador da inabilitação, foi a alegação de suposta ausência de notas explicativas no balanço patrimonial apresentado.

Entendemos que deverá utilizar o fundamento do acordo Acórdão 1211/2021 do TCU concomitantemente com a regra da diligência, alegando que as notas explicativas fazem parte do balanço patrimonial,



assim estamos diante de uma situação em que se faz necessária complementar o balanço patrimonial que está em poder da Administração, cabível então a realização da diligência conforme determina a lei. A saber:

A possibilidade de realizar diligência encontra-se disciplinada no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666 de 1.993. A saber:

"§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

A redação do dispositivo em xeque diz respeito a "faculdade" da Administração realizar diligência, contudo não há discricionariedade da Administração optar ou não na realização de diligência, sempre que houver dúvidas sobre alguma informação a diligência torna-se obrigatória. Com brilhantismo e clareza Marçal Justen Filho leciona:

"A realização da diligência não é uma simples "faculdade" da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. **Se a dúvida for sanável por meio de diligência será obrigatória a sua realização.**" (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.) (Destacamos).

Ao cabo, é oportuno apresentar jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal da Justiça de São Paulo quanto ao assunto, respectivamente:

"1. A faculdade conferida pelo artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93 à comissão de licitação para averiguar a veracidade de documento apresentado por participante do certame não retira a potencialidade lesiva da conduta enquadrada no artigo 304 do Código Penal. 2. A consumação do delito de uso de documento falso independentemente da obtenção de proveito ou da ocorrência de dano." (HC nº 84.776/RS, 1ª T., rel. Min. Eros Grau, J. em 05.10.2004, DJ de 28.10.2004)



"Licitação. Habilitação dos proponentes. A conversão do julgamento em diligência para colher parecer técnico ou promover diligência para verificar, em concreto, realização de serviços pela proponente, não desatende, pelo contrário, cumpre a finalidade normativa do art. 43 da Lei 8.666/93" (TJSP, ApCv 82.422-5, DJ de 9/08/1999)"

Neste sentido, o servidor deverá realizar a diligência com objetivo de atender o interesse publico para obtenção da proposta mais vantajosa.

Osasco, 22 de Agosto de 2022.

34.224.983/0001-61
ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Praça Trinta e Um de Março, 183
Km 18 Osasco SP
CEP 06194-070

**ELIEZER
FERREIRA
DIAS:28600
638895**

Assinado de forma
digital por ELIEZER
FERREIRA
DIAS:28600638895
Dados: 2022.08.22
15:48:46 -03'00'



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA **INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Por este instrumento decide na melhor forma de direito, constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada, em obediência aos termos dos artigos 1.052 e seguintes do Código Civil (Lei nº. 10.406 de 10/01/2002), em consonância com a lei nº. 12.441 de 11/07/2011 a titular abaixo:

KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVIEIRA, brasileira, natural de Osasco/SP, casada sob o regime de separação total de bens, empresária, portadora do CPF nº. 169.282.138-50 e RG nº. 25.733.320-4 SSP/SP, residente e domiciliada à Alameda Guapuruvu (Jardim Lorian), 139 - Adalgisa - Osasco - SP - CEP: 06030-306.

O presente instrumento será regido pelas seguintes cláusulas e condições ora determinadas:

(artigo 997, I, CC/2002)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E SEDE:

A empresa girará sob a denominação empresarial de **ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI**, terá sede e domicílio na Praça Trinta e Um de Março, 183 - Km.18 - Osasco - SP - CEP: 06194-070, podendo a empresa abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério da titular.

(artigo 997, II, CC/2002)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Reais), dividido em 1.000.000 (Hum Milhão) quotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país por sua titular a Sra. **KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVIEIRA**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em consonância ao artigo 1.052 da Lei 10.406/2002, alterada pela Lei 12.441/11 a responsabilidade da titular é limitada ao valor investido no capital.

(Lei nº. 12.441 de 11/07/2011 - Art. 980 - A)

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETIVO DA ATIVIDADE:

A empresa terá como objetivo o ramo de:

- Construção em geral;
- Reformas;
- Instalação e troca de telhados e estruturas metálicas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E INICIO DAS ATIVIDADES:

A empresa iniciará suas atividades a partir da assinatura do instrumento de constituição e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

(artigo 997, II, CC/2002)

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO:

A administração da empresa será exercida por sua titular a Sra. **KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVEIRA**, que ficará incumbida de exercer todos os atos pertinentes e necessários ao exercício das atividades ora assumidas, bem como, de representá-la judicialmente e extrajudicialmente, ativa e passivamente perante todas as repartições e instituições financeiras, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades, estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações, bem como onerar ou alienar bens imóveis: tais como fiança, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

(artigos 997, VI; 1.013; 1.015; 1.064, CC/2002)

CLÁUSULA SEXTA – DOS DEVERES CONTÁBEIS:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo-lhe os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DESIMPEDIMENTOS:

A titular administradora a Sra. **KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVEIRA** declara, sob as penas da Lei:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não possuir ou ter sob sua titularidade, nenhuma outra empresa nos moldes do EIRELI, em qualquer parte do território nacional.

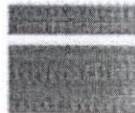
(Lei nº. 12.441 de 11/07/2011 Art. 980 § 2º)

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não estar impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

(artigo 1.011, I, CC/2002)

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:

Fica eleito o foro de Osasco/SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



ELOS
Contabilidade

Av. Crisântemo, 193 - Jd. das Flores
Osasco - SP - CEP 06112-100
contato@eloscontabilidade.com.br
www.eloscontabilidade.com.br
11 3681-9594

E, por assim estar de pleno acordo, assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que a primeira será arquivada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** e as demais, depois de devidamente anotadas ficarão pertencendo aos arquivos da empresa.

19 TABELÃO
Osasco, 05 de Julho de 2019.

KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVEIRA

= TESTEMUNHAS =

Victor Hugo M. Gonçalves

Victor Hugo Maia Gonçalves

RG nº 39.286.659-6 SSP/SP

Tatiane Andrade dos Santos

Tatiane Andrade dos Santos

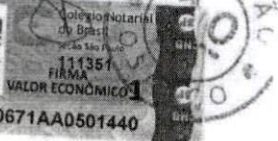
RG nº 42.715.057-7 SSP/SP

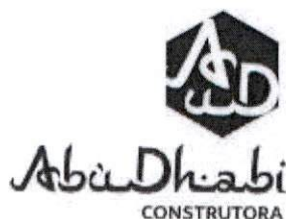
19. TABELÃO DE NOTAS DE OSASCO - SP, TELEFONE: 3681-1282
Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) COM VALOR econômico de:
KELLY CRISTINA SAMPAIO DE OLIVEIRA/////////
OSASCO, 11 De julho De 2019. Em test. da Verdade.

STEPHANNY RODRIGUES NUNES - ESCRIVENTE

Valor: R\$ 9,43. - Carimbo: 2322784 - imp gaby

Selo(s): 501440-0671AA//////////





À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS BRASILEIROS nas esferas
MUNICIPAIS, ESTADUAIS, FEDERAIS, AUTARQUIAS, PREFEITURAS, e outros.

PROCURAÇÃO

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI, devidamente registrada no CNPJ:
34.224.983/0001-61, por intermédio de sua representante legal, sra Kelly Cristina
Sampaio de Oliveira, portadora do CPF: 169.282.138-50, nomeia e designa o
engenheiro civil ELIÉZER FERREIRA DIAS, portador da carteira de identificação do
CREA/SP: 5063271623-D, e CPF: 286.006.388-95, como seu representante, para
responder e decidir sobre esta empresa nos **ASSUNTOS RELACIONADOS AO**
PROCESSO DE LICITAÇÃO, tais como: assinar declarações, assinar propostas, nomear
outros representantes, realizar visitas técnicas, desistir de interpor recursos
administrativos, interpor recursos administrativos, visar documentos, ofertar lances
nos pregões, realizar credenciamento, enfim, responder perante vossas senhorias em
todos os atos necessários para participar de licitação.

Validade da procuração: até 05/07/2023.

KELLY CRISTINA
SAMPAIO DE
OLIVEIRA:16928
213850

Assinado de forma
digital por KELLY
CRISTINA SAMPAIO DE
OLIVEIRA:16928213850
Dados: 2022.07.07
09:58:25 -03'00'

Kelly Cristina Sampaio de Oliveira

CPF: 169.282.138-50

Responsável Legal

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Rua Adolfo Marchioli, 264
Vila Quitaúna – Osasco/SP
Tel.: 11 3695-8700

Valores expressos em reais

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ: 34.224.983/0001-61

PRAÇA TRINTA E UM DE MARÇO, 183 – KM 18 – OSASCO/SP – CEP: 06194-070

Anexo I

BALANÇO PATRIMONIAL - DEMONSTRAÇÃO DE POSIÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo	Notas	2021	2020
Total Ativo		1.323.831,12	1.537.326,89	Total Passivo		1.323.831,12	1.537.326,89
Ativo Circulante		320.771,29	537.326,89	Passivo Circulante		310.860,25	151.642,86
Caixa e equivalente	5	32.173,45	133.337,40	Fornecedores	10	196.114,11	57.224,59
Clientes	6	280.966,25	388.971,21	Obrigações trabalhista e sociais	11	32.233,05	15.015,28
Imposto a recuperar	7	7.631,59	15.018,28	Obrigações fiscais	12	28.719,13	64.337,19
				Partes relacionadas		0,00	0,00
				Outras obrigações		0,00	0,00
Não circulante		1.003.059,83	1.000.000,00	Passivo não circulante		0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo				Partes relacionadas		0,00	0,00
Depósitos Judiciais				Impostos diferido		0,00	0,00
Propriedades para Investimentos	8	1.000.000,00	1.000.000,00	Patrimônio líquido		1.012.970,87	1.385.684,03
Imobilizado		3.059,83	0,00	Capital social	13	1.000.000,00	1.000.000,00
Imobilizado	9	3.059,83	0,00	Lucro acumulado		385.684,03	16.510,20
Imóveis/Terrenos	9	0,00	0,00	Lucro do exercício		327.286,84	839.173,83
(Depreciações acumuladas)	9	(78,45)	(0,00)	Lucro Distribuído		(700.000,00)	(470.000,00)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ: 34.224.983/0001-61
PRAÇA TRINTA E UM DE MARÇO, 183 – KM 18 – OSASCO/SP –
CEP: 06194-070

Anexo II

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício			
	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Líquida	14	2.745.449,41	2.749.987,67
Custos das Vendas	15	(1.024.479,12)	(479.980,40)
Lucro Bruto		<u>1.720.970,29</u>	<u>2.270.007,27</u>
Despesas Operacionais		(1.330.939,85)	(1.355.931,86)
Administrativas	16	(1.324.607,31)	(1.325.346,75)
Despesas com vendas	16	(12.160,58)	(18.142,59)
Despesas tributárias	16	(12.749,39)	(17.837,42)
Outras despesas operacionais	16	(739,00)	(550,00)
Outras receitas operacionais		19.316,43	5.944,90
Resultado de equivalência patrimonial		0,00	0,00
RESULTADO OPER. ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>390.030,44</u>	<u>(914.075,41)</u>
Resultado financeiras		12.238,15	(1.063,30)
Receitas financeiras	17	13.050,40	498,88
Despesas financeiras	17	(812,25)	(1.562,18)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>(402.268,59)</u>	<u>(913.012,11)</u>
Despesas com CSLL / IRPJ		(74.981,75)	(73.838,28)
CSLL	18	(32.942,50)	(31.800,44)
IRPJ	18	(42.039,25)	(42.037,84)
Resultado líquido do período		<u>327.286,84</u>	<u>839.173,83</u>

DRA – Demonstrativo de resultado abrangente			
	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício		327.286,84	839.173,83
		0,00	0,00
Resultado abrangente total do exercício		<u>327.286,84</u>	<u>839.173,83</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Anexo III

CNPJ: 34.224.983/0001-61

PRAÇA TRINTA E UM DE MARÇO, 183 – KM 18 – OSASCO/SP – CEP: 06194-070

Fluxo de caixa – Indireto			
	Notas	2021	2020
FLUXO DE CAIXA			
Lucro / Prejuízo Líquido do exercício		327.286,84	839.173,83
Ajuste em:			
Depreciação / Amortização / exaustão	9	78,45	0,00
Ajuste a valor justo		0,00	0,00
Reclassificação de ativo imobilizado		0,00	0,00
Imposto diferido		0,00	0,00
Equivalência patrimonial		0,00	0,00
Ajuste que não afetam o CCL		0,00	0,00
(=) Fluxo de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		327.365,29	(839.173,83)
Das atividades de investimentos			
Aumento (Redução) dos ativos:			
Clientes	6	108.004,96	(359.901,27)
Estoques		0,00	0,00
Outros créditos		7.386,69	(9.720,05)
Realizável a longo prazo		0,00	0,00
Aumento (Redução) dos passivos:			
Fornecedores	10	138.889,52	35.568,74
Obrigações trabalhista e sociais	11	17.217,77	5.479,14
Obrigações fiscais	12	(35.618,06)	45.399,24
Outras Obrigações		0,00	0,00
Provisões		38.728,16	15.065,80
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(274.609,04)	(268.108,40)
Das atividades de investimentos			
Investimentos		0,00	0,00
Equivalência patrimonial		0,00	0,00
Aquisição ao ativo imobilizado	9	(3.138,28)	0,00
Aquisição ao ativo Intangível		0,00	0,00
Recebimento de dividendos		0,00	0,00
(=) Caixa líquido proveniente das atividades investimentos		(3.138,28)	0,00
Das atividades de financiamentos			
Empréstimos		0,00	0,00
Integralização do capital social		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Investidores		0,00	0,00
Ajuste avaliação patrimonial		0,00	0,00
Emissão de debentures		0,00	0,00
Pagamento de dividendos		(700.000,00)	(470.000,00)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos		(700.000,00)	(470.000,00)
Aumentos (Redução) líquidas em caixa e equivalentes de caixa		(101.163,95)	101.065,43
Saldo Inicial disponibilidades		133.337,40	32.721,97
Saldo Final disponibilidades		32.173,45	133.337,40

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

MEGA CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA		Anexo IV
CNPJ: 17.681.559/0001-27		
RUA ADIB AUADA 35 - COTIA - SP - CEP 06710-700		
DLPA - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
+ saldo anterior de lucros / prejuízo acumulados	385.684,03	16.510,20
+ ajuste credores de períodos-base anteriores	0,00	0,00
+ correção monetária de lucros acumulados	0,00	0,00
+ reversão de reservas	0,00	0,00
+ outros recursos	0,00	0,00
+ Lucro/ Prejuízo Líquido do período base	327.286,84	839.173,83
- ajuste devedores de períodos base anteriores	0,00	0,00
- correção monetária de prejuízos acumulados	0,00	0,00
Soma dos Recursos	<u>712.970,87</u>	<u>855.684,03</u>
+ transferência para reservas	0,00	0,00
+ dividendos ou lucro distribuídos, pago ou creditados	700.000,00	470.000,00
+ imposto sobre lucro líquido	0,00	0,00
+ parcelas dos lucros incorporadas ao capital	0,00	0,00
+ outras aplicações	0,00	0,00
Soma da Aplicações	<u>700.000,00</u>	<u>470.000,00</u>
Lucros ou prejuízos acumulados	<u>12.970,87</u>	<u>385.684,03</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Anexo V

CNPJ: 34.224.983/0001-61

PRAÇA TRINTA E UM DE MARO, 183 – KM 18 – OSASCO/SP –
CEP: 06194-070

DMPL - Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido							
Contas	Capital Integralizado		Reserva lucro / Prejuízo Acumulado	Reserva de Capital	Reserva lucro / Prejuízo Exercício Anterior	Lucro / Prejuízo Exercício	Total
	Integralizado	a Integralizar					
Saldo Inicial	1.000.000,00	-	-	-	-	385.684,03	1.385.684,03
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	327.286,84	327.286,84
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Reserva capital	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-
(-) Dividendos	-	-	-	-	-	(700.000,00)	(700.000,00)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	1.000.000,00	-	-	-	-	12.970,87	1.012.970,87

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI

Anexo VI

CNPJ: 34.224.983/0001-61

PRAÇA TRINTA E UM DE MARÇO, 186 – KM 18 – OSASCO/SP – CEP: 06194-070

Índices		
	Formulas	Resultado
Liquidez Corrente =	AC / PC	1,03
Liquidez Seca =	(AC-ESTOQUE) / PC	1,03
Liquidez Imediata =	DISPONIBILIDADE / PC	0,10
Liquidez Geral =	(AC+RLP) / (PC+PNC)	1,03
Grau de Endividamento =	(PC+PNC) / AT	0,23
Participação Capital de terceiros =	(PC+PNC) / PL	0,31
Participação Capital Próprio =	PL / AT	0,77
Endividamento a Curto Prazo =	PC / PL	0,31
Solvência Geral =	AT / (PC + PNC)	4,26
Composição de Endividamento =	PC / (PC + PNC)	1,00
Imobilização Patrimônio Líquido =	AP / PL	0,99
Giro do Ativo Total =	RL / AT	2,07
Alavancagem =	AT / PL	1,31
Participação Capital Alheio =	PC+PNC/AT	0,23
Aplicações no Giro =	AC+RLP/AT	0,24
Ativo Circulante =	AC	320.771,29
Disponibilidade =	Disponibilidade	32.173,45
Estoque =	Estoque	0,00
Realizável a Longo Prazo =	RLP	0,00
Ativo Permanente =	AP	1.003.059,83
Ativo Total =	AT	1.323.831,12
Passivo Circulante =	PC	310.860,25
Passivo Não Circulante =	PNC	0,00
Patrimônio Líquido =	PL	1.012.970,87
Receita Líquida =	RL	2.745.449,41
Lucro Líquido =	LL	327.286,84

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

1. Informações Gerais

A ABU DHABI CONSTRUTORA EIRELI doravante denominada ("Empresa"), é uma sociedade por quotas de capital fechado com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Praça Trinta e Um de Março, 183 – KM 18 – CEP: 06194-070.

A empresa tem por objetivo:

- Construção em geral;
- Reformas;
- Instalação e troca de telhados e estruturas metálicas.

2. Principais práticas contábeis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Empresa não identificou nenhuma alteração aplicável que pudesse impactar as demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da Empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

2.2 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

O cálculo do valor presente não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados.

2.3 Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

2.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que ele seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

2.5 Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da sociedade.

2.6 Partes relacionadas

Os ativos e passivos são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos, adicionados das correções monetárias incorridas até a data de encerramento do exercício.

2.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da Empresa e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado se for material e se o recebimento for considerado provável. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

2.8 Receitas

De acordo com o CPC PME – Seção 23 - Receitas, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações e desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento da receita.

2.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando ocorrem, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando ocorrem, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo, quando ocorrem, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos, quando ocorrem, são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Empresa, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos, quando ocorrem, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.10 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

2.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e
- as transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

(v) Capital social

As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(vi) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(vii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que se beneficiarão das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

UGC (ou grupo de UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

2.12 Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

2.13 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com as práticas financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME – Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000), com a faculdade conferida pela Resolução CFC 1.319/10.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela administração em 12 de abril de 2022.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, essas são convertidas para o real (R\$) na data do fechamento.

Todas as informações contábeis estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis a administração da Empresa, realiza julgamentos e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas:

a) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

b) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

c) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável)

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Empresa estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

5. Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	771,55	2.473,48
Conta corrente	15.208,10	1,00
Aplicações financeiras	16.093,80	130.862,92
Título de Capitalização	100,00	0,00
Total	32.173,45	133.337,40

A Empresa considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem nenhuma carência.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor remunerado 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber de clientes referem-se, substancialmente, à prestação de serviços realizados pela Empresa. Em 31 de dezembro, as contas a receber de clientes estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	280.966,25	388.971,21
Total	280.966,25	388.971,21

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

Descrição	31/12/2021
Valores a vencer em:	
30 dias	140.483,12
De 30 a 60 dias	93.655,43
De 60 a 90 dias	46.827,70
Total	280.966,25

A exposição da Empresa a riscos crédito e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

7. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto a recuperar	0,00	0,00
INSS a recuperar	7.631,59	15.018,28
ISS retido	0,00	0,00
Total	7.631,59	15.018,28

8. Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em SCP/SPE	1.000.000,00	1.000.000,00
Total	1.000.000,00	1.000.000,00

A composição dos terrenos está assim segregada:

Descrição	31/12/2021
Investimento em empreendimentos diversos	1.000.000,00
Total	1.000.000,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

9. Imobilizado

31/12/2020

Descrição	Saldo dezembro de 2019	Adições / exclusões	(-) Depreciação	Saldo do período	Taxas de depreciação
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	10%
Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	10%
Total	0,00	0,00	(0,00)	0,00	

31/12/2021

Descrição	Saldo dezembro de 2020	Adições / exclusões	(-) Depreciação	Saldo do período	Taxas de depreciação
Máquinas e Equipamentos	0,00	1.164,28	(29,10)	1.135,18	10%
Móveis e Utensílios	0,00	1.974,00	(29,35)	1.924,65	10%
Total	0,00	3.138,28	(78,45)	3.059,83	

10. Fornecedores

O saldo refere-se a compromissos normais assumidos pela Empresa e decorre, substancialmente, da contratação de prestadores de serviços. A composição dos saldos pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	196.114,11	57.224,59

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

O saldo é decorrente das obrigações Trabalhistas e sociais da Empresa. A composição dos saldos pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Férias a pagar	0,00	0,00
FGTS a pagar	2.799,26	1.900,18
INSS a pagar	9.900,06	3.428,83
INSS retido a pagar	0,00	0,00
IRRF s/ folha de pagamento	163,40	79,67
Provisões e férias	0,00	0,00
Pro - labore a pagar	979,00	930,05
Salários a pagar	18.316,33	8.541,01
Contrib. Confederativa a pagar	68,00	121,54
Contrib. Lazer a pagar	7,00	14,00
Total	32.233,05	15.015,28

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

12. Obrigações fiscais

O saldo é decorrente das obrigações fiscais. A composição dos saldos pode ser assim demonstrada:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cofins a pagar	2.719,00	17.624,81
CSLL a pagar	11.268,16	17.144,49
CSRF (4,65% a pagar)	0,00	0,00
IRPJ a pagar	14.142,85	25.749,18
IRRF a pagar	0,00	0,00
PIS a pagar	589,12	3.818,71
ICMS a pagar	0,00	0,00
ISS a pagar	0,00	0,00
ISS retido a pagar	0,00	0,00
Total	32.233,05	15.015,28

13. Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.000.000,00 reais, composto por 1.000.000 quotas (R\$ 1.000.000,00 em 31 de dezembro de 2021) de R\$ 1,00 cada uma. A composição do capital está demonstrada abaixo:

Descrição	Participação	Quotas
Kelly Cristina Sampaio de Oliveira	100%	1.000.000

14. Receita operacional líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviço (a)	997.774,10	687.435,23
Material Aplicado	1.943.789,69	2.256.586,02
(-) Impostos sobre receita	(196.114,38)	(194.033,58)
	2.745.449,41	2.749.987,67

(a) O aumento de receita de 2021 em relação à de 2020 refere-se a contratos novos com os clientes.

Assim como as demais organizações do seguimento da construção civil, a Empresa possui em seus contratos uma cláusula de administração de faturamento direto, onde somos responsáveis pela administração da construção, porém os materiais são adquiridos em nome da empresa contratante (clientes) e quitados diretamente por esta. Dessa forma, embora não incluído da Demonstração de Resultado do Exercício, o faturamento direto administrado também poderia ser mais um elemento de composição de administração de faturamento.

15. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados alocados no resultado da Empresa podem ser assim demonstrados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Custo com serviços (a)	(1.024.479,12)	(479.980,40)
Total	(1.024.479,12)	(479.980,40)

16. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas apresentadas no resultado da Empresa podem ser assim demonstradas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	(724.219,23)	(373.427,35)
Despesas Administrativas	(600.309,63)	(951.919,40)
Despesas Comerciais	(12.160,58)	(18.142,59)
Despesas tributárias	(12.749,39)	(17.837,42)
Depreciações e Amortizações	(78,45)	0,00
Outras despesas operacionais	(680,00)	0,00
Outras despesas gerais	(59,00)	(550,00)
Total	(1.350.256,28)	(1.361.876,76)

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas Financeiras	(812,25)	(1.562,18)
Descontos concedidos	0,00	0,00
Acréscimos legais s/ impostos	(161,56)	0,00
Juros e comissões bancárias	(389,03)	(1.274,98)
Juros passivos	(254,87)	(43,93)
Multas passivas	(6,79)	(243,27)
Receitas Financeiras	13.050,40	498,88
Descontos obtidos	0,19	443,31
Receita de aplicação financeira	13.050,21	55,57
Total de resultado financeiro líquido	12.238,15	(1.063,30)

18. Imposto de renda e contribuição social

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social apresentadas no resultado da Empresa podem ser assim demonstradas:

(a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesas com CSLL	(32.942,50)	(31.800,44)
Despesas com IRPJ	(42.039,25)	(42.037,84)
	(74.981,75)	(73.838,28)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

(b) Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

Impostos e contribuições diferidos passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Passivo	31.12.2021	31.12.2020
Atualização do valor justo das propriedades para investimentos	-	-
Total apresentado no passivo não circulante	-	-

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

Passivo	31.12.2020	Reconhecido no resultado do exercício	31.12.2021
Atualização do valor justo	-	-	-
Total	-	-	-

A administração da Empresa reconhece o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias;
- Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias (quando ocorrem) que possuem prazos de realização similares aos impostos diferidos passivos, de mesma entidade jurídica, até o limite de saldo de tributos diferidos passivos; e
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos (quando ocorrem) não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

19. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

As tabelas abaixo apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Valor justo versus valor contábil		31/12/2021		31/12/2020	
Ativos	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.173,45	32.173,45	133.337,40	133.337,40
Pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	6	280.966,25	280.966,25	388.971,21	388.971,21
Passivos					
Pelo custo amortizado					
Fornecedores	10	196.114,11	196.114,11	57.224,59	57.224,59

b) Mensuração do valor justo

As tabelas a seguir apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Hierarquia do valor justo 31/12/2021

Ativos	Nota	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.173,45	32.173,45	-
Passivos				
Fornecedores	10	196.114,11	-	196.114,11

- **Nível 1:** são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras.
- **Nível 2:** são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado *pro rata* dia, e financiamentos e empréstimos.
- **Nível 3:** não foi classificado nenhum instrumento financeiro neste nível.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (i);
- Risco de liquidez (ii); e
- Risco de mercado (iii).

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. A administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e suas obrigações.

(i) **Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país onde o cliente opera.

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Empresa apresentar sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderá operar com a Empresa em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a contas a receber e outros recebíveis.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição a riscos de crédito

Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.173,45	133.337,40
Contas a receber de clientes	6	280.966,25	388.971,21
		313.139,70	522.308,61

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 32.173,45 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 133.337,40 em 31 de dezembro de 2020). O “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Contas a receber e outras contas a receber

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Se necessário a administração avalia os valores em atraso há mais de 180 dias se não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mantendo a estrutura de capital sustentada por ativos financeiros, recebíveis imobiliários e estoque de unidades, o que permite um elevado grau de alavancagem. Adicionalmente, a Empresa monitora os ativos e os passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. Abaixo estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

31 de dezembro de 2021	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos
Fornecedores	10	196.114,11	196.114,11	-
		196.114,11	196.114,11	-

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

(iii) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:

Instrumentos de taxa variável	Taxa	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	5	16.093,80	130.862,92
			16.093,80	130.862,92

A Empresa não apresentou a análise de sensibilidade para exposição a taxa de juros por considerar que os valores são irrelevantes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em reais

- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Dívida líquida	31/12/2021	31/12/2020
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.173,45)	(133.337,40)
Endividamento líquido (negativo)	(32.173,45)	(133.337,40)

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros.

21. Demonstração de fluxo de caixa

a. Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com CPC PME - Seção 7.

* . * . *

KELLY
CRISTINA
SAMPAIO DE
OLIVEIRA:169
28213850

Assinado de forma
digital por KELLY
CRISTINA SAMPAIO DE
OLIVEIRA:16928213850
Dados: 2022.08.22
16:14:44 -03'00'

Kelly Cristina Sampaio de Oliveira
CPF 169.282.138-50
Socia Administradora

BRUNO SA
BARBOSA:215
93808810

Assinado de forma
digital por BRUNO SA
BARBOSA:21593808810
Dados: 2022.08.19
13:35:08 -03'00'

Bruno Sá Barbosa
CPF 215.938.088-10
CRC 208.758